

## SOBRE OS AUTORES

### **Agostinho Santos**

Licenciou-se em Medicina no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto. Doutorou-se em Medicina (área da Sociologia Médica). Foi Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Medicina da UP e Professor Auxiliar Convidado da Escola de Medicina da Universidade do Minho. Foi regente da disciplina, Diretor do Curso Superior de Medicina Legal na Faculdade de Medicina da UP e Diretor do Curso de Pós-Graduação em Avaliação do Dano Corporal Pós-Traumático. Coordenador do módulo Curso Básico de Medicina Legal e do módulo Ciências Tanatológicas do 3.º e 2.º Ciclo de Estudos em Ciências Forenses da UP, sendo ainda professor visitante em licenciaturas e pós-graduações na Faculdade de Direito da UP e da Universidade Católica Portuguesa. Membro do Conselho de Representantes da Faculdade de Medicina da UP. Especialista de Medicina Legal pela Ordem dos Médicos; chefe de serviço de medicina legal, com o grau de consultor. Habilitado com o Curso Superior de Medicina Legal, curso de Avaliação do Dano Corporal Pós-Traumático, Curso de Formação em Gestão Pública do Instituto Nacional de Administração. Coordenador do internato médico em medicina legal da Delegação do Norte do INMLCF, I.P, coordenador nacional da área profissional de medicina legal e vogal do conselho diretivo do colégio da especialidade de medicina legal da Ordem dos Médicos. Organizador de diversos cursos de pós-graduação na área da medicina legal e ciências forenses. Diretor do Serviço de Patologia Forense, Diretor do Serviço de Clínica e Patologia Forenses, Diretor da Delegação do Norte

e Vice-presidente do INMLCF, IP. Membro de diversos grupos de trabalho, bem como de júris de múltiplos concursos administrativos e académicos. Autor e coautor de 52 trabalhos publicados em revistas científicas indexadas (nacionais ou internacionais). Autor e coautor de capítulos de livros publicados na área da medicina legal e ciências forenses e de mais de duzentas comunicações ou conferências apresentadas em congressos (nacionais e internacionais). Membro de várias sociedades científicas nacionais e internacionais. Participação em projetos de investigação científica, orientação de diversas teses de mestrado e doutoramento.

**Alexandra Costa**

Médica Interna de Medicina Legal do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IP.

**Eduarda Duarte**

Médica Interna de Medicina Legal do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IP.

**Filipe Fernandes**

Médico Interno de Medicina Legal do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IP.

**Francoise Nathalie Roth**

Consultant, International Human Rights Law, Gender, and Humanitarian Affairs, Bethesda, Maryland, Estados Unidos. Advogada francesa, exerce a sua actividade como consultora independente, trabalhando com organismos internacionais de cooperação e organismos das Nações Unidas. É assessora da Rede Especializada de Género da Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos, que reúne os responsáveis pelas questões de género das 22 delegações de Ministérios Públicos ou Procuradoria da Ibero-América.

**Isabel Dias**

Doutorada e agregada em Sociologia, é Professora Associada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Sociologia. Investigadora no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (ISUP). Especialista na área da sociologia da família e do género, trabalho

feminino e saúde ocupacional, envelhecimento e violência doméstica, com destaque para o abuso de idosos. É autora de livros, capítulos de livros e de vários artigos científicos publicados em revistas nacionais e estrangeiras. Tem coordenado e participado em vários projetos de investigação de âmbito nacional e internacional, com destaque para o estudo HARMED – O abuso de idosos: determinantes sociais, económicas e de saúde (PTDC/IVC-SOC/6782/2014). Foi subdiretora da FLUP entre 2016 e 2018. É membro do Conselho Geral da Universidade do Porto, Presidente da Comissão de Ética da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e diretora do Mestrado em Sociologia da mesma Faculdade.

### **Isabel Ramos**

Exerce funções como Juiz de Instrução Criminal no Porto, desde Dezembro de 1995, tem pós-Graduação em Investigação Criminal, no Instituto Português de Psicologia do Porto e conta com o Curso de Formação Contínua em Medicina Legal (da Faculdade de Direito da Universidade do Porto) com o curso livre de Medicina Legal (da Universidade Portucalense do Porto) e o curso Intensivo de Criminologia (do Instituto CRIAP, no Porto). Frequentou vários cursos e seminários, nomeadamente, “Hacia un reglamento común sobre garantías procesales para personas acusadas e imputadas”, organizado pela Escuela Judicial del Consejo General del Poder Judicial, em Barcelona. É autora do artigo “Valoração da Prova nos Crimes Sexuais (Proteção do Menor)”, publicado na Revista “Julgar Online” em março de 2020; autora de palestra com o título, “Os Fins da Instrução”, no Palácio de Justiça do Porto (direccionada a Auditores de Justiça), autora de palestra com os títulos, “A Instrução” e “Actos do Juiz de Instrução no Inquérito” (na Ordem dos Advogados, no Porto) direccionada a advogados estagiários. É formadora de auditores de justiça e de juizes colocados em regime de estágio.

### **João Redondo**

Psiquiatra, Coordenador do Centro de Prevenção e Tratamento do Trauma Psicológico / Unidade de Violência Familiar, CRI de Psiquiatria – Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC). Supervisor e Terapeuta Familiar (Soc. Portuguesa de Terapia Familiar). Diretor de Psicodrama Moreniano (Soc. Portuguesa de Psicodrama). Cofundador das redes “Grupo Violência: Informação, Investigação, Intervenção” e “Escola

Contra a Violência”. Coordenador Executivo da Agência para a Prevenção do Trauma e da Violação dos Direitos Humanos, CHUC. Coordenador do Conselho Regional de Saúde Mental, ARS Centro. Acessor da Equipa do Programa Nacional para a Saúde Mental, DGS.

**Jorge Quintas**

Professor na Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto e investigador no CJS – Centro de Investigação Interdisciplinar da Escola de Criminologia – Crime, Justiça e Segurança (CJS). Doutor em criminologia, mestre e licenciado em psicologia.

**Julia Monárrez Fragoso**

Professora investigadora do Departamento de Estudos Culturais da Dirección Geral do Noroeste do El Colegio de la Frontera Norte, Ciudad Juárez, México. Email: juliam@colef.mx

**Manuel Albano**

Diretor de serviços da Delegação do Norte da CIG. Membro da Comissão responsável pela Avaliação das Casas de Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência; Coordenador do Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica; Focal Point junto da OSCE para as questões da Igualdade de Género e Tráfico de Seres Humanos; Coordenador do I, II, III e IV Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos; Relator Nacional para o Tráfico de Seres Humanos desde janeiro 2008.

**Maria Isabel Lemos**

Médica Interna de Medicina Legal do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IP.

**Patrícia Jardim**

Assistente com grau de consultor de Medicina Legal do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IP; Coordenadora da Unidade Funcional de Clínica Forense da Delegação do Norte do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IP; Assistente Convidada do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar; Assistente Convidada da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto; Assistente Convidada da Escola de Direito da Universidade do Minho.

**Paulo Pinto de Albuquerque**

Foi Juiz, especialista junto do Grupo de Estados Contra a Corrupção do Conselho da Europa (GRECO), consultor do Ministério da Administração Interna e professor associado na Universidade Católica Portuguesa (UCP). Em 1994 tornou-se mestre em Direito na referida Faculdade. Em 1999 integrou o grupo de trabalho para a Reforma do Processo Penal do Ministério da Justiça da Alemanha, nomeado pela Ministra da Justiça Däubler-Gmelin. Doutorou-se em Direito e logo iniciou a sua carreira universitária; desde 2015 como professor catedrático. Entre 2005 e 2007 foi membro do grupo de trabalho para a Reforma Penal do Ministério da Justiça de Portugal. De 2007 a 2009 foi professor convidado de direito penal no Instituto de Altos Estudos Militares do Ministério da Defesa de Portugal. Foi Professor Visitante e Professor Adjunto no Illinois College of Law, nos Estados Unidos da América. Em 2006 foi Professor Visitante na Universidade Jiao Tong em Xangai, na China. Desde 2017 é Professor Visitante na Universidade Paris II-Assas. Entre 2009 e 2010 foi especialista do Groupe des États contre la Corruption (GRECO), nomeado pelo Conselho da Europa para elaboração dos relatórios de combate à corrupção relativos à Bélgica e à Bulgária. De 2007 a 2009 foi perito do projecto da Comissão Europeia «*Custos da Repressão Criminal em Contexto*», organizado pela Universidade de Florença, Fundação Giovanni Michelucci (Itália), Universidade de Bremen, Universidade de Barcelona, Universidade de Ankara, Universidade de Miskolc (Hungria), Instituto Jurídico da Lituânia, Centro para o Estudo da Democracia (Bulgária), o Intercollege (Chipre) e o Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (Portugal). De 2006 a 2008 foi especialista do projecto da Comissão Europeia «*Vítimas de Crimes e Mediação*», organizado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, a Associação Escocesa de Apoio à Vítima e a Associação Holandesa de Apoio à Vítima, tendo o relatório final sido validado pela Comissão Europeia e publicado sob o título *Victims and Mediation*, Lisboa, APAV, 2008. Em 2009 foi ouvido como especialista na Assembleia da República sobre o projecto de legislação sobre violência doméstica, e em 2010 sobre o projecto de luta contra a corrupção. Foi membro do júri do Centro de Estudos Judiciários. Foi juiz formador de juizes dos PALOPs nos anos de 1997 a 1999. A 25 de janeiro de 2011 foi eleito como juiz representante de Portugal no Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Desde 2016, foi nomeado pelos Presidentes do Tribunal Europeu Guido Raimondi e

Alexandre Sicilianos como *focal point* para as relações externas do Tribunal Europeu com o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e com as Altas Instâncias Judiciais de África do Sul, Angola, Brasil, Coreia do Sul, Índia, Israel, Japão, Jordânia e Moçambique. De outubro de 2018 a março de 2020 foi presidente do comité do Regulamento do TEDH. Fundou o Grupo de Direito Criminal do Tribunal, que trabalha para a uniformização da linguagem e critérios de decisão do Tribunal em matéria penal. Presidiu este Grupo, tendo organizado um dicionário inglês/francês dos termos de direito penal e processo penal mais usados pelo Tribunal nas suas decisões, bem como inúmeras conferências e jornadas de reflexão. Foi membro do comité do estatuto dos juizes de janeiro de 2012 a janeiro de 2016, tendo preparado uma reforma do sistema das pensões dos juizes do Tribunal, que a assembleia plenária dos juizes do Tribunal e o Comité de Ministros do Conselho da Europa adoptaram. Foi membro do painel de cinco juizes que escolhe os casos que são decididos pela Grande Câmara do Tribunal. Após a sua saída do TEDH foi homenagiado pelas Universidades de Milão e Florença, aquando da publicação, em 2021, “*Europa Humana – Escritos em homenagem a Paulo Pinto de Albuquerque*”, onde participaram mais de 55 magistrados, entre os quais o ex-presidente do TEDH, Guido Raimondi.

### **Paz Lloria García**

Professora Titular de Direito Penal, Universidade de Valencia. Paz.lloria@uv.es Orcid 0000-0003-1515-6561

### **Rui do Carmo**

Exerceu funções como magistrado do Ministério Público. Foi Membro do Conselho Superior do Ministério Público e Diretor-adjunto do Centro de Estudos Judiciários. Foi ali docente nos anos de 1997 até 2001, na área do direito penal e processual penal. Foi Diretor da Revista do Ministério Público e Diretor-executivo da “Revista do CEJ”. É membro e docente de cursos de pós-graduação do Centro de Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. É Professor convidado da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. É docente dos mestrados em Direito Judiciário e em Direito da Família, Crianças e Sucessões da Escola de Direito da Universidade do Minho. Foi o coordenador da Comissão Técnica Multidisciplinar para a Melhoria da Prevenção e Combate à Violência Doméstica. Integrou a

equipa do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra que elaborou o contributo português para o Fundamental Rights Report 2020, da FRA (Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia). Desempenhou funções como consultor de projetos de investigação do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra: “A Geografia da Justiça. Para um novo mapa judiciário” (2006); “Monitorização da Reforma Penal” (2008); “Violência Doméstica. Estudo avaliativo das decisões judiciais” (2014). Integrou missões do Conselho da Europa para apoio à organização da formação de magistrados na Arménia, Bulgária e Roménia. Participou em projetos de formação de magistrados em Angola, Moçambique e Timor-Leste. Tem diversos estudos publicados na área do direito penal e processual penal, do direito da família e das crianças e da comunicação e linguagem judiciais. Atualmente, ocupa o cargo de Coordenador da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídio em Violência Doméstica, tendo sido designado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

### **Salomé Afonso**

Médica Interna de Medicina Legal do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IP.

### **Teresa Figueiral**

Médica Interna de Medicina Legal do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IP.

### **Teresa Morais**

Magistrada do Ministério Público desde 1990, exerceu funções de coordenação, no DIAP do Porto, das Seções especializadas de criminalidade organizada e especialmente violenta, crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e crimes de violência doméstica e de maus tratos. Em 2012 apresentou e lançou o projeto denominado «*Um Passo Mais*», gizando uma forte e desburocratizada articulação entre as entidades envolvidas na investigação da violência doméstica e maus tratos, com avaliação independente por parte da Escola de Criminologia da Universidade do Porto. Atualmente é dirigente da SEIVD (Seção Especializada Integrada de Violência Doméstica) do Porto/Matosinhos. É representante de Portugal

na Rede (ex Grupo) Especializada em Temas de Género da Associação Iberoamericana de Ministérios Públicos e, *a latere*, participou no «Primer encuentro internacional de buenas prácticas para enfrentar las violencias contra las mujeres en razón del género y el femicidio», na Colômbia. Para além de artigos, nomeadamente, sobre a Lei das Armas e sobre a Mediação Penal, em 2019, publicou o livro “Violência Doméstica – o reconhecimento jurídico da vítima”, pela editora Almedina. Tem participado em diversas Conferências e colaborado com várias entidades em matéria de violência doméstica, na partilha de ideias e de questões. É e será sempre, uma aprendiz ...

*«Nós, mulheres, estamos sempre sob a sombra  
da lâmina: impedidas de viver enquanto novas;  
acusadas de não morrer, quando já velhas»*

MIA COUTO

# ÍNDICE

SOBRE OS AUTORES	5
HISTÓRIA DA MARIANA <i>Mariana Sampaio</i>	17
NECESSIDADES ESPECIAIS DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA <i>APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima)</i>	37
CONTRIBUTO PARA O DEBATE SOBRE A REVISÃO DO MODELO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DO GRAU DE RISCO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA <i>Rui do Carmo</i>	81
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ANÁLISE DO RISCO NA APLICAÇÃO DE ESTATUTO COATIVO MARÇO 2021 <i>Isabel Ramos</i>	101
VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO, VIVÊNCIA TRAUMÁTICA E MEDO <i>João Redondo</i>	127

ABUSO FÍSICO DE CRIANÇAS.

A ABORDAGEM MÉDICA PARA UM DIAGNÓSTICO COMPLEXO

*Agostinho Santos*

187

SÍNDROMES COMO FORMA DE ABUSO

*Filipe Fernandes, Eduarda Duarte, Maria Isabel Lemos, Teresa Figueiral,  
Alexandra Costa, Salomé Afonso, Patrícia Jardim*

203

VULNERABILIDADE E ABUSOS NA IDADE AVANÇADA:

DA INVESTIGAÇÃO À PREVENÇÃO

*Isabel Dias*

237

A DIVULGAÇÃO DE IMAGENS ÍNTIMAS SEM CONSENTIMENTO

NO DIREITO PENAL ESPANHOL COMO MANIFESTAÇÃO

DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

*THE DISSEMINATION OF INTIMATE IMAGES WITHOUT CONSENT  
IN SPANISH CRIMINAL LAW*

*Paz Lloria García*

263

JUSTIÇA E PROTEÇÃO PARA AS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

DOMÉSTICA: AS RESPOSTAS DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL

*Jorge Quintas*

291

A DEVIDA DILIGÊNCIA

MARÇO 2021

*Teresa Morais*

307

VALIULIENE C. LITUÂNIA

(queixa n.º 33234/07, acórdão de 26 de março de 2013)

*Paulo Pinto de Albuquerque*

359

PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

*Manuel Albano*

405

DERROTAR AS MANIFESTAÇÕES DA NEGAÇÃO:

A DÍVIDA DA JUSTIÇA PERANTE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

*Francoise Nathalie Roth*

411

FEMINICÍDIO SEXUAL SISTÉMICO: IMPUNIDADE HISTÓRICA  
CONSTANTE EM CIUDAD JUÁREZ, VÍTIMAS E AUTORES  
SYSTEMIC SEXUAL FEMINICIDE: A CONSTANT HISTORICAL  
IMPUNITY IN CIUDAD JUÁREZ, VICTIMS AND PERPETRATORS  
*Julia Monárrez Fragoso*

421